

Governo Eletrônico na América Latina

OLGA CAVALLI¹

TRADUÇÃO: MARIA TERESA PUNTEL MOTTA

As novas tecnologias de informação e comunicação cumprem um papel de fundamental importância no desenvolvimento de um país, em particular nas atividades que os cidadãos levam adiante quando interagem com organismos estatais.

Ferramentas de governo eletrônico, que funcionem de forma coordenada em nível nacional e que sejam interoperáveis, contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento econômico, social e cultural. Suas principais aplicações têm impacto direto nas atividades produtivas e industriais, na atenção à saúde e na informação sanitária, na educação e na capacitação, na criação de empregos, na atividade econômica e na agricultura.

Para conseguir objetivos concretos com o uso dessas ferramentas, é necessário promover a colaboração de todas as instâncias de governo com competência na temática, como também no setor privado e na sociedade civil, de maneira a favorecer e desenvolver seu uso.

Resulta também relevante, nos países em desenvolvimento, aproveitar os espaços de cooperação internacional e regional destinados tanto a reduzir a brecha digital assim como aqueles relacionados com a promoção e desenvolvimento do governo eletrônico, já que podem favorecer a criação das condições necessárias para alcançar o pleno desenvolvimento econômico, social e cultural.

Um dos principais objetivos do governo eletrônico é favorecer o relacionamento entre o governo e os cidadãos, além de favorecer os processos internos administrativos de governo.

A partir de uma perspectiva mais ampla e para se alcançar esses objetivos, é necessário que um sistema de governo eletrônico se desenvolva, utilizando uma plataforma de interoperabilidade que permita a integração dos sistemas legados e dos novos sistemas.

Para que isso seja uma realidade, os distintos organismos estatais devem estar representados em todas as suas instâncias: nacionais, estaduais ou comunitários e municipais, no processo de desenvolvimento e implementação dos sistemas de governo eletrônico. Em cada uma delas, as tecnologias de informação e comunicação devem ser incorporadas de maneira efetiva e coordenada.

Nos últimos anos, levaram-se adiante vários processos globais e regionais que terão impacto a médio e longo prazo em relação a princípios, tendo em conta os sistemas de governo eletrônico.

Durante a segunda fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (novembro, 2005) e nas Reuniões Ministeriais Regionais sobre Sociedade da Informação (Rio de Janeiro, Brasil 2005 e El Salvador, 2008), os países da região da América Latina e Caribe se comprometeram a levar adiante uma série de metas especificamente elaboradas para desenvolver a Sociedade da Informação em nossos países e algumas delas fazem especial referência ao governo eletrônico.

O Plano Regional para a Sociedade da Informação acordou, em princípio de 2008, no documento denominado “Compromisso de El Salvador”, um guia completo de metas para conseguir o desenvolvimento de nossos países, usando a tecnologia de Informação e comunicação.

¹ E-mail: olgacavalli@gmail.com

Esse plano, denominado eLAC 2010, tem como objetivos potencializar estratégias nacionais do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação para que sejam usadas em projetos nacionais, aprofundando o conhecimento de temas críticos, a partir de uma perspectiva relevante à problemática dos países da região latino-americana.

O compromisso de El Salvador toma especificamente o tema de Governo Eletrônico em suas Metas 37 e 38, do Capítulo IV sobre Gestão Pública.

Essas duas metas têm os seguintes objetivos:

- Fortalecer meios de intercâmbio sobre serviços de governo eletrônico, desenvolvendo cooperação regional para o intercâmbio ou transferência de tecnologias, plataformas, aplicações e programas informáticos, assim como seus correspondentes conhecimentos, habilidades e melhores práticas. Utilizar tais redes para a implementação de padrões de interoperabilidade de serviços governamentais eletrônicos.
- Promover a interoperabilidade de sistemas de governo eletrônico na América Latina e Caribe, sobre a base de padrões, e continuar o desenvolvimento de uma plataforma regional de interoperabilidade e padrões para os serviços de governo eletrônico, a fim de assegurar de se mantenha a opção de interconectar serviços dentro de uma mesma jurisdição ou entre diferentes jurisdições, tendo em conta as recomendações de trabalhos como o Livro Branco de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.

Contar com uma plataforma interoperável de serviços para o próprio governo como para o cidadão implica um compromisso estatal, de integração de sistemas de atividades em instâncias distintas. Em um processo contínuo, o uso destas plataformas tecnológicas permite criar um sentido de pertencimento e relacionamento entre os cidadãos e os funcionários.

Os sistemas de governo eletrônico devem desenhar-se de maneira flexível para que possam se adaptar e se modificar às necessidades dos sistemas do Estado e aos requerimentos dos cidadãos por intermédio de desenvolvimentos rápidos que refletem mudanças necessárias. Devem ser de tal maneira seguros que os usuários não temam incorporar seus dados a essas ferramentas.

Em seu desenho, não se deve esquecer a elaboração de documentos de respaldo e de cursos de capacitação que permitam aproveitar, ao máximo, os benefícios do uso desses sistemas. Para completar esses objetivos, devem participar todos atores da sociedade, alguns dos quais representam um verdadeiro desafio, especialmente para a capacitação. Integrar, de forma eficiente e efetiva no uso do governo eletrônico, nossos adultos, jovens, pequenas e médias empresas e microempreendimentos deve ser uma tarefa de primordial importância.

Finalmente, o grande desafio da implementação de sistemas de governo eletrônico é poder contar com uma infraestrutura de acesso a esses sistemas *on-line* suficientemente estendida em todo o território de nossos países, que permita igualdade para todos os cidadãos e também para todos os organismos estatais.

Devemos recordar que os países da região latino-americana têm uma infraestrutura de acesso à Internet e a serviços *on-line* de distribuição assimétrica. Enquanto em grandes cidades existem diversos operadores que oferecem serviços de acesso à Internet a velocidades aceitáveis para a implementação de serviços de governo eletrônico, numa grande quantidade de localidades rurais e semirurais de nossos países esses serviços são de menor capacidade de transmissão ou não estão presentes.

SOBRE A AUTORA

OLGA CAVALLI

Olga Cavalli é assessora do Ministério de Relações Exteriores da Argentina e professora universitária na Universidade de Buenos Aires (UBA), Instituto Tecnológico Buenos Aires (ITBA) e no Instituto de Serviço Exterior da Nação (ISEN – Carreira Diplomática). Olga Cavalli é Engenheira em Eletrônica e Eletricidade, Master em Administração de Empresas e em Regulação de Telecomunicações e Doutora em Direção de Empresas. É membro do Grupo Assessor do Secretário Geral das Nações Unidas para o Fórum de Governança de Internet (MAG) e foi a negociadora argentina durante a cúpula Mundial da Sociedade de Informação em Túnis, 2005. E ela é o Ponto Focal da Argentina para o Plano Regional da Sociedade de Informação eLAC 2010, no qual coordena o grupo de trabalho sobre Governança de Internet; anteriormente, coordenou o grupo de financiamento.